



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

THUANI XAVIER DA SILVA

**A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM
DEFICIÊNCIA NA SALA DE REFERÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

JOÃO PESSOA – PB

2018

THUANI XAVIER DA SILVA

A Formação do Pedagogo e a Inclusão de uma Criança com Deficiência na Sala de Referência na Educação Infantil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia realizado no Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Pedagogo.

Orientadora: Prof^a. Esp. Isolda Ayres Viana Ramos

JOÃO PESSOA – PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586f Silva, Thuani Xavier da.
A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM
DEFICIÊNCIA NA SALA DE REFERÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
/ Thuani Xavier da Silva. - João Pessoa, 2018.
61 f.

Orientação: ISOLDA AYRES VIANA RAMOS RAMOS.
Monografia (Graduação) - UFPB/EDUCAÇÃO.

1. FORMAÇÃO PROFISSIONAL. INCLUSÃO. EDUCAÇÃO INFANTIL.
I. RAMOS, ISOLDA AYRES VIANA RAMOS. II. Título.

UFPB/BC

THUANI XAVIER DA SILVA

**A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM
DEFICIÊNCIA NA SALA DE REFERÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia realizado no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Pedagogo.

APROVADO EM: 01/11/18

BANCA EXAMINADORA

Isolda Ayres Viana Ramos

Profª. Esp. Isolda Ayres Viana Ramos - Orientadora

Edson C. Guedes

Prof. Dr. Edson Carvalho Guedes - Examinador

Quêzia Vila Flor Furtado

Profª. Drª. Quêzia Vila Flor Furtado - Examinador

Dedico este trabalho a Deus que me concedeu a graça de terminar este Trabalho de Conclusão de Curso me dando força e sabedoria e a todos que contribuíram direta ou indiretamente em minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Isabel Santana da Silva e ao meu pai Jorge Carlos Xavier da Silva (em memória), ao meu irmão Rafael Xavier da Silva, todos os meus familiares, que me apoiaram e me incentivaram a concluir, mas uma etapa na minha vida dessa trajetória tendo oportunidades de ter mais conhecimento em mais essa jornada de estudos.

Agradeço a meus amigos e colegas de classe, que contribuíram desde a minha entrada a conclusão deste curso, em especial a Luciana Oliveira da Silva, Izabel Raimundo da Silva e a Caio Lima de Melo que sempre estiveram ao meu lado me incentivando e aconselhando para não desistir, para vencer todos os obstáculos e dificuldades enfrentadas durante este curso.

Agradeço a meus/minhas professores/professoras do Curso de Pedagogia, pelos conhecimentos transmitidos a mim passados e pela paciência ao longo desses quatro anos de curso.

Meu agradecimento especial vai para a professora e orientadora Isolda Ayres Viana Ramos, por ter acreditado na possibilidade da realização deste trabalho, além do acompanhamento, do apoio ofertado no momento em que, mas precisei, pela paciência e dos conselhos durante a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso.

E por fim, agradeço a toda equipe do Curso de Pedagogia, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, pela oferta direta e indiretamente que contribuíram de forma significativa para a minha Formação Profissional e para a minha vida.

“O respeito mútuo conduz a formas novas de sentimentos morais, distintas da obediência exterior inicial.”

Jean Piaget

LISTA DE SIGLAS

ABA- Análise Aplicada do Comportamento.

AEE- Atendimento Educacional Especializados.

CAA- Comunicação Aumentativa e Alternativa.

CNE- Conselho Nacional de Educação.

CREI- Centro de Referência em Educação Infantil.

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente.

EJA- Educação de Jovens e Adultos.

LBA- Legião Brasileira de Assistência.

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MEC- Ministério da Educação e Cultura.

PECS- Sistema de Comunicação através da Troca de Figuras.

PB- Paraíba.

TEA- Transtorno do Espectro Autista.

TEACCH- Tratamento e Educação para Crianças com Autismo e com Distúrbios correlatos da Comunicação.

UFPB- Universidade Federal da Paraíba.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL	15
2.1.1 A Formação Profissional do Pedagogo	15
2.1.2 A Formação Profissional do Professor na Educação Infantil	19
2.2 HISTÓRICO DA INCLUSÃO	21
2.3 O que é o transtorno do espectro autista	23
2.3.1 Disfunções específicas do TEA	24
2.3.1.1 Disfunção na socialização	25
2.3.1.2 Disfunção no comportamento	26
2.3.1.3 Disfunções na comunicação	27
2.4 O PAPEL DA FAMÍLIA	27
2.5 O PAPEL DA ESCOLA	29
2.6 RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA CRIANÇAS COM TEA	30
2.6.1 Análise Aplicada do Comportamento (ABA)	31
2.6.2 Tratamento e Educação para Crianças com Autismo e com Distúrbios Correlatos da Comunicação (TEACCH)	32
2.6.3 Sistema de Comunicação através da Troca de Figuras (PECS)	33
3 METODOLOGIA	34
3.1 ETAPAS DA PESQUISA	34
3.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS	35
3.3 CARACTERIZAÇÃO DO CREI	35
4 ANÁLISE DE DADOS	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICES	56

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como título, "A formação do Pedagogo e a Inclusão de uma Criança com Deficiência na Sala de Referência na Educação Infantil". Para isso, foi realizado um estudo sobre a Formação Profissional do Pedagogo com um destaque especial para os profissionais da Educação Infantil para atender ao objetivo de investigar como a formação profissional do pedagogo pode contribuir para a inclusão na sala de referência com qualidade. Para esse estudo foram utilizados documentos oficiais como a Declaração de Salamanca e a Declaração Mundial de Educação para Todos e autores como Agostinho (2003), Amorim e Dias (2013), Cerisara (1999), Gatti (2010), Gomes (2009). A pesquisa realizada foi de forma qualitativa e teve como instrumento a aplicação de um questionário com professoras que formam o corpo docente de um Centro de Referência de Educação Infantil (CREI) da rede municipal de Bayeux-PB. Através desse estudo constatamos que a formação profissional afeta de forma nítida na qualidade do processo de desenvolvimento e aquisição de conhecimento das crianças.

Palavras-chave: Formação Profissional. Inclusão. Educação Infantil.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como tema la formación del pedagogo y la Inclusión de un niño con discapacidad en la sala de referencia en la educación infantil. Para eso, se realizó un estudio sobre la Formación Profesional del Pedagogo con un resalto especial para los profesionales de la Educación Infantil para atender el objetivo de investigar cómo la formación profesional del pedagogo puede contribuir a la inclusión en la sala de referencia con calidad. Para este estudio se utilizaron documentos oficiales como la Declaración de Salamanca y la Declaración Mundial de Educación para todos y autores como Agustín (2003), Amorim y Días (2013), Cerisara (1999), Gatti (2010), Gomes (2009). La investigación realizada fue de forma cualitativa y tuvo como instrumento la aplicación de un cuestionario con profesoras que forman el cuerpo docente de un Centro de Referencia de Educación Infantil (CREI) de la red municipal de Bayeux-PB. A través de este estudio constatamos que la formación profesional afecta de forma nítida en la calidad del proceso de desarrollo y adquisición de los niños.

Palabras clave: Formación Profesional. Inclusión. Educación Infantil.

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como título “A formação do Pedagogo e a Inclusão de uma Criança com Deficiência na Sala de Referência na Educação Infantil”, assim como consta em alguns documentos oficiais como a Declaração de Salamanca e a Declaração Mundial de Educação para Todos.

O interesse por essa temática começou a surgir a partir do momento em que comecei a realizar o Estágio Curricular Obrigatório, componente curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia oferecido pelo Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba Campus I, João Pessoa.

Também tive oportunidade de participar do Projeto de Pesquisa “O pedagogo como mediador da aprendizagem e a inclusão escolar da pessoa com deficiência”, coordenado pela professora Edineide Jezine Mesquita Araújo, no qual pude perceber a importância das crianças com deficiência se sentirem incluídas no ambiente escolar.

Posteriormente, durante as aulas de Teoria do Desenvolvimento II e Avaliação de Procedimentos de Intervenção, fui compreendendo o quão importante era os profissionais capacitados nas instituições de ensino para atender às crianças e suas necessidades de forma adequada, assim como desenvolver suas habilidades de forma ampla, auxiliando a sua vida acadêmica quanto em seu cotidiano.

Com um olhar mais crítico durante meu Estágio Curricular Obrigatório, pude perceber que esse atendimento estava ocorrendo com falhas, e na maioria dos casos isso ocorria, e ocorre, pela falta de profissionais qualificados nas instituições, pois a maioria dos que nelas trabalham, não possui uma formação adequada. Grande parte apenas concluiu o Ensino Médio e outros iniciaram a formação e não terminaram ou não se aprofundaram na área da Educação Especial, dificultando o bom desempenho no trabalho com criança com deficiência.

Observando o próprio curso de Pedagogia, cheguei à conclusão de que este curso também não está abrangendo este público pois, temos o Estágio Curricular Obrigatório, mas só vamos perceber a importância de ter uma base em Educação Especial no final do curso. Quando temos que escolher entre duas áreas de aprofundamentos que são Educação de Jovens e Adultos ou Educação Especial, é nesse momento que percebemos o quanto é importante estudar no decorrer do curso.

Se tivéssemos a oportunidade de nos aprofundarmos no assunto, desde o começo do curso e não só na área de aprofundamento ou optativas, teria mas oportunidades de oferecer às crianças uma educação de qualidade que consta nos documentos já citados.

Pelo fato da graduação ser uma base para a formação de professores, percebo que não está sendo dada uma devida atenção para a Educação Especial, pois esta temática é de fundamental importância, visto que podemos encontrar com crianças/alunos com variadas deficiências em todos os níveis de ensino.

Com isso, fiquei me perguntando: Como os pedagogos estão atuando na sala de referência, a partir do momento que o curso se encontra defasado no que diz respeito ao atendimento de crianças com deficiência?

Para nortear esse estudo foi necessário levantar a seguinte questão:

Como ocorre o processo de formação e qual a sua relação com a prática dos professores da Educação Especial em um Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) na sala regular?

Nosso objetivo principal é o de investigar como a formação profissional do pedagogo pode contribuir para a inclusão na sala de referência com qualidade. Para tal compreensão, se faz necessário:

Discutir sobre a inclusão na Educação Infantil e como o pedagogo pode trabalhar com crianças com deficiências em sala de referência.

Investigar a metodologia utilizada pelo professor na sala de referência para ensinar crianças com deficiências.

Discutir a relação em sua formação e suas práticas educativas.

Nos tópicos teóricos decorrentes, seguem informações fundamentais para a compreensão de como se dá a formação do profissional Pedagogo, no Centro de Referência em Educação Infantil (CREI), Bayeux-PB, contribuindo na inclusão de crianças com deficiência na sala de referência, com um olhar voltado para a inclusão na Educação Infantil, o foco deste estudo.

Para alcançar com esse objetivo, realizamos uma pesquisa documental, utilizando desde a nossa Constituição Federal, perpassando pelos documentos que regem a educação no Brasil e pela Declaração de Salamanca e a Declaração Mundial de Educação para Todos.

Assim como também foram levantados estudos de alguns autores, como por exemplo, Gatti (2010), autora que trata sobre a temática da história dos cursos de

formação de professores, discutindo desde a origem do Curso Normal, onde foram formados os primeiros professores do Brasil, até o de Pedagogia, Cerisara (1999), que fala entre o cuidar e o educar dentro dos ambientes de Educação Infantil, Agostinho (2003), contribuindo para a definição do ambiente das creches e Amorim e Dias (2013), com suas reflexões sobre a profissionalização do professor, o que contribui para a valorização do profissional quanto ao que diz respeito a uma boa qualidade na Educação Infantil, Mantoan (2005), que fala sobre a inclusão como um privilégio de conviver com as diferenças, destaca o processo de inclusão que propõe uma educação para todos, que a escola tem o papel de se adaptar a todos os alunos, independentemente de suas necessidades e não os alunos que tem que se adaptar com as necessidades da escola, e Silva (2012), que fala sobre o mundo singular: entenda o autismo, que o autismo é um distúrbio no desenvolvimento humano que compromete no comportamento, na socialização e nas dificuldades da comunicação, pois, os primeiros sintomas surgem antes dos três anos de idade.

Posteriormente, segue a análise dos dados levantados através de uma pesquisa de campo que foi realizada com as professoras que compõem o corpo docente do Centro de Referência em Educação Infantil da Rede Municipal da cidade de Bayeux. Esse local foi escolhido pela Coordenadora do CREI, dentre as três que existem, com o argumento de que as professoras aceitaram colaborar com a pesquisa, e que ensinam crianças com autismo. Desta forma, são crianças com transtornos e não com deficiência. Devido a esse fato, a análise de dados levantados se refere a crianças autistas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Um breve histórico sobre a Educação Infantil, se inicia com o dado de que as crianças até o final da Idade Média eram consideradas um adulto em miniatura, como reflexo das sociedades antigas, onde a criança não tinha voz, era vista como nula, não tinha qualquer importância para a sociedade.

A educação infantil não tinha uma valorização de destaque para a formação da criança. A instituição que surgiu para dar assistência, que tinha como o objetivo de suprir as necessidades das crianças e ocupar muitas vezes o lugar da família, fazer o papel que a família tinha que fazer, em alguns aspectos, foi a creche.

Segundo Kuhlmann Jr (2000), as creches são produtos da Revolução Industrial. No Brasil, surgiu por causa de uma crescente urbanização e estruturação do capitalismo e com a necessidade dada as mulheres por ocupar o mercado de trabalho, desenvolvendo uma movimentação entre os operários para reivindicar um lugar para deixar o filho.

Algumas mudanças estruturais começam a surgir na década de 1970, quando acontece o processo de urbanização e a inserção da mulher que tem um grande aumento no mercado de trabalho, com isso tendo um aumento significativo por vagas nas escolas para as crianças de 0 a 6 anos. Como não tinha políticas definida para o segmento, à instituição da educação infantil na época foi desordenada e teve uma precarização no atendimento em geral, chegou ter até profissionais sem formação na área pedagógica.

Em 1975, o Ministério da Educação passou a ter responsabilidades ao criar Coordenação de Educação Pré-escolar com o atendimento às crianças de 4 a 6 anos. Em 1977, no Ministério da Previdência e Assistência Social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) teve a finalidade de ser criada com o objetivo para coordenar os serviços de diversas instituições. As instituições eram divididas nas seguintes formas: comunitárias, localizadas e mantidas por associações e agremiações de bairros.

A Constituição de 1988 foi o marco que acabou com essa tradição no país, determinando que a Educação Infantil fosse o dever do Estado brasileiro. A partir desse momento que a Educação na creche e na Pré-escola começou a ser vista como um direito da criança, facultativo à família e não tendo o direito apenas da mãe trabalhadora. Dessa forma os profissionais ganharam mais reconhecimento e a

Educação Infantil passou a ter planejamento, legislação e políticas sociais e educacionais.

Com o passar do tempo, depois de dois anos em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reafirmou os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil. Em 1994, o MEC publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil estabelecendo metas como ter a expansão de vagas e políticas na melhoria da qualidade no atendimento às crianças, tendo também a necessidade de qualificação dos profissionais de Educação Infantil.

A Educação Infantil foi onde se iniciou a primeira etapa da Educação Básica, integrando-se ao ensino Fundamental e Médio, no ano de 1996, através da promulgação da Emenda Constitucional que cria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96.

Com isso, a criança passou a ser vista como um ser capaz de criar, estabelecer relações, produtor de cultura, um ser sócio-histórico e não só como crianças que precisa de cuidados e pronto, mas que precisa ser preparado para uma Educação e a Educação Infantil teve uma dimensão dentro do sistema educacional.

Em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) realizou publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Documento este, que é hoje, o principal das instituições de Educação Infantil do país nos instrumentos para elaboração e na avaliação das propostas pedagógicas.

As crianças adquiriam conhecimentos e eram moldadas seguindo determinadas percepções a partir do meio em que vivia e por muito tempo a educação das crianças foi uma função considerada em uma responsabilidade das famílias ou de um determinado grupo social ao qual a mesma fazia parte.

O sistema educacional teve muitas mudanças dando mais valorização para a formação infantil, através das transformações da sociedade e suas estruturas que foram realizadas.

É um fato recente a educação infantil brasileira cercado de conflitos sociais vastos que afetaram a educação em geral. Segundo Kuhlmann Júnior, “[...] É durante o regime militar, que tantos prejuízos trouxeram para a sociedade e para a educação brasileira”. (2000, p.6).

Portanto em 1998, a partir da nova constituição, com o fim do regime militar e Bases da Educação Nacional e a nova Lei de Diretrizes, os filhos dos operários de 0

a 6 anos das classes populares teve uma formação educacional. Assim surgindo um reconhecimento das necessidades de creches e pré-escola no ano de 1996.

Porém passou por muitos desafios o sistema educacional de creches no Brasil, como por exemplo, falta de verbas na educação para crianças. As instituições eram precariamente estruturadas no atendimento a essas crianças, algo muito fácil ainda de ser ver esses problemas hoje em dia na educação infantil brasileira, infelizmente.

A incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista. A falta de verbas para a educação infantil tem até estimulado novas divisões, por idades: apenas os pequenos, de 0 a 3 anos, frequentariam as creches; e os maiores, de 4 a 6, seriam usuários de pré-escolas; são várias as notícias de municípios criando centros de educação infantil e limitando o atendimento em período integral. Mas as instituições nunca foram assim e as creches quase sempre atenderam crianças de 0 a 6 anos, ou mesmo as com mais idade – excluídas da escola regular ou em período complementar a esta. (KUHLMANN JÚNIOR, 2000, p.7).

Porém, a educação das crianças hoje busca qualificar os profissionais, pois esse é o primeiro meio de contato de socialização da mesma. No ambiente que desenvolve esse trabalho oferecem uma segurança, um bom acolhimento e um lugar que desperte na criança desenvolvimentos das suas habilidades sociais, a criatividade, percepção nas suas áreas físicas motoras e entre outros.

A educação infantil precisa ser muito qualificada, deve incluir o acolhimento, a segurança, o lugar para a emoção, para o gosto, para o desenvolvimento da sensibilidade; não pode deixar de lado o desenvolvimento das habilidades sociais, nem o domínio do espaço e do corpo, das modalidades expressivas; deve privilegiar o lugar para a curiosidade, o desafio e a oportunidade para a investigação, tudo isso constitui conhecimento escolar na educação infantil e faz parte da experiência curricular. (OLIVEIRA, 2008, p.14)

Ainda para o autor, “o campo da Educação Infantil deve ser compreendido com um tempo e espaço destinado ao pleno desenvolvimento da criança.” (p.15). O comportamento da criança é reflexo do cotidiano a partir do mundo e desde os conhecimentos positivos ou negativos elas aprendem tudo que é transmitido.

A educação de crianças exige profissionais mediadores preparados, pois é, algo muito complexo para lidar com esse universo infantil sempre preservando a integridade deles e sem desconstruir o que já faz parte da vida real, mostrando

novos caminhos do saber, mas valorizando o cotidiano de cada um, que os mesmos se identifiquem. Que esse saber seja útil a sua formação social.

2.1 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

É de grande importância uma profissão profissional de qualidade em qualquer área profissional, pois é através desse processo de formação que as habilidades necessárias são desenvolvidas para ter um bom desempenho, assim mostrando um bom resultado profissional no campo de atuação com resultados consistente.

Na Carta Magna de nosso país, a Constituição Federal do ano de 1998, destaca em seu Título II, Capítulo I, Art. 5º, XIII que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;” dando a importância na necessidade de uma formação inicial em relação de alguma função para o exercício que for exercer.

Com isso mostra que desde a década de 80, já era discutida a formação profissional, mesmo sendo de modo superficial, torna-se que é necessário, que os cursos de formação qualifiquem os seus alunos através de uma formação de qualidade, aprimorando os seus conhecimentos e contribuindo para atuar no mercado de trabalho com uma boa qualificação.

Se tratando de um Curso de Formação de Professores, ganha ainda mais relevância essa qualificação, tornando-se primordial a oferta de um maior leque de oportunidades, sendo viável o atendimento a todos os níveis e modalidades de ensino, tendo a oportunidade de focar em sua área de maior interesse para a atuação, os futuros professores.

2.1.1 A Formação Profissional do Pedagogo

Será feita uma retrospectiva no que diz respeito à profissão do professor, porque nos últimos anos o país vem passando por grandes transformações, iniciando pelos aspectos legais, depois passando pelos sociais e educacionais.

Gatti (2010) mostra um estudo histórico no que diz respeito à regularização da profissão de professor, dando início da instalação das Escolas Normais; a formação em nível secundário, que hoje se chama o Ensino Médio; que habilitava docentes

para o ensino das “primeiras letras”; que hoje se chama de Educação Infantil e os anos iniciais que chamamos do Ensino Fundamental.

Com o passar do tempo, o curso do Magistério passou a habilitar sem profissionais para também atuarem nos anos finais do Ensino Médio, nas próprias instituições que oferecem a modalidade Normal, habilitando assim seus profissionais para atuarem no ensino técnico.

Segundo a autora, chega ao ano de 1986, no momento que o Conselho Federal de Educação, através do Parecer n. 161, reformula o Curso de Pedagogia, que habilita seus alunos como professores para atuar em salas de aula de 1ª a 4ª séries do primeiro grau. Antes de surgir essa lei, a Pedagogia era um curso de bacharelado e somente os professores que tinham o Magistério poderiam atuar neste campo.

Nos dias de hoje, mesmo tendo realizado as alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.9.294/96) e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, percebemos ainda que são estabelecidas uma devida atenção maior para os cursos específicos (Letras, Geografia, Matemática...) enquanto que a Pedagogia segue desvalorizada. Havendo essa desvalorização, a Resolução CNE/CP Nº1, de 18 de fevereiro de 2002 (p. 1), no Artigo 3º são destacadas algumas competências que tem uma importância indispensável na Educação Básica com nível superior para um professor, elas são:

II - a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, tendo em vista: a) a simetria invertida, onde o preparo do professor, por ocorrer em lugar similar àquele em que vai atuar, demanda consistência entre o que faz na formação e o que dele se espera.

Na resolução mostra que é de grande importância os órgãos de ensino superior oferecer aos professores em formação uma prática de qualidade com responsabilidade, que proporcione uma vivência através do campo de estágio sendo significativa a aprendizagem para os futuros profissionais na área da educação. No mesmo artigo da Resolução ainda diz que a construção do conhecimento tem que estar atrelada à realidade dos alunos, assim como o desenvolvimento das duas habilidades e os valores que deverão ser incorporados.

A alínea b, na mesma Resolução fala da importância que estes profissionais precisam trabalhar as habilidades e outras competências, como os valores e a

interação com os indivíduos que está formando a equipe de trabalho, auxiliando para ter uma postura profissional, respeitando o ambiente de trabalho e resultando em relações mais humanizadas. Na alínea c, diz que os conteúdos não são ensinados em si mesmos, mas são um meio e suporte para a constituição das competências.

A resolução atribui às instituições a missão de construir tais competências por meio de seus conteúdos e avaliações, assim não permitindo deixar lacunas no processo de formação dos professores futuros. Através disso, as instituições não podem somente transferir os conhecimentos por meio dos conteúdos, precisa observar se realmente está sendo alcançados os objetivos, estabelecendo possibilidades quando for necessário para eventuais mudanças de estratégias. O inciso III ainda dá um destaque para a pesquisa:

III - a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem uma vez que ensinar requer tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.

Esse tópico deixa claro que essas instituições precisam ter o foco na pesquisa, assim preparando o futuro professor para sempre estar pesquisando, se atualizando e buscando novos conhecimentos, mantendo sempre em um processo de formação continuada, dando uma autonomia para estar constantemente nesse processo.

Com o fato destas necessidades constarem em um documento observa-se que tem uma preocupação com os profissionais que atuam em sala de aula, com a qualidade do profissional. Observando a coerência entre a teoria aprendida e sua prática de ensino, assim os profissionais se tornaram mais capacitados para sua função tendo o comprometimento de estar sempre pesquisando e renovando seus conhecimentos.

Com a necessidade de ter uma capacitação cada vez melhor, fez com que a resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, em seu Artigo 12, o curso de Pedagogia tivesse o papel de formar os professores para a Educação Infantil. Na Resolução Nº 2, DE 1º de julho de 2015, em seu Artigo 3º, inciso 5º (p. 4), dá ao Estado a responsabilidade em todas as modalidades de ensino, com a formação dos profissionais docentes que atuam na Educação Básica, como mostra abaixo:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

Com isso nos mostra que a educação brasileira foi passando por diversas transformações com o passar dos anos, a prova maior é do desenvolvimento da passagem da Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, que hoje a responsabilidade está passando para as mãos dos pedagogos e naquele tempo à responsabilidade era dos professores formados no Ensino Médio na modalidade normal.

Através dessas mudanças nos traz a base da educação brasileira para nós pedagogos, mesmo feitas essas mudanças precisamos ainda de suporte para a realização de nosso trabalho, como oferta de mais áreas de aprofundamento e uma formação mais completa.

Nos dias de hoje, o pedagogo pode trabalhar em diversas áreas, como: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental (anos iniciais), Educação Especial, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Gestão Escolar, Pedagogia Empresarial entre outras. No curso de Pedagogia na modalidade de ensino presencial, no Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), oferece apenas duas áreas de aprofundamento: Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Somente com essas duas opções na área de aprofundamento deixa os formandos sem muita opção para escolher outra área que se interessam essa falta de opções faz se sentir na “obrigação” de escolher entre essas duas áreas: a Educação de Jovens e Adultos ou Educação Especial.

Não que essas duas áreas não sejam de grande importância, mas como tem que ter essa escolha, que tenha mais oportunidades de opções para escolher, com aquela que se identificar mais, que tem uma afinidade e não por escolher somente por falta de opções. No próximo tópico que segue, vamos discutir sobre “A Formação Profissional do Professor de Educação Infantil”, uma das áreas que não tem na escolha de quando vamos optar na área de aprofundamento no Curso de Pedagogia.

2.1.2 A Formação Profissional do Professor de Educação Infantil

Na Constituição Federal do Brasil (1988), em seu Artigo 6º, colocava já a Educação como um direito social, e em seu Artigo 205 (p. 123), esclarece Educação como:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (p. 18).

Assim deixando claro que todas as pessoas possuem direito a uma educação de qualidade sem exceções, que valorize o desenvolvimento dos sujeitos, tanto no campo profissional como no campo pessoal, transformando assim em um cidadão verdadeiro. Outro ponto destacado no Artigo 206º, é que garante os princípios da educação como padrão de qualidade.

Esse direito foi reforçado através da LDB Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que no Artigo 4º inclui na categoria de educação básica a Educação Infantil a partir dos 4 anos de idade com a pré-escola, incluída através da Lei nº 12.796, de 2013.

Com esse direito constituído, é de grande importância os professores que atuam nesta área de ensino ter uma qualificação profissional de qualidade. Precisamos nos preocupar com a formação dos pequenos cidadãos brasileiros, tomando em consideração as particularidades de cada criança, como a inerência do cuidar-educar, fatos requerente a uma formação específica para atuar em creches e pré-escolas, passando a começar a entender a Educação Infantil como base da educação.

Entre os processos de cuidar e o educar, Cerisara (1999), deixa claro a existência de particularidades nas instituições que trabalham com crianças pequenas:

[...] as instituições de educação infantil têm uma especificidade que as torna diferentes da família e da escola e que devem, devido à especificidade da faixa etária de suas crianças, desenvolver atividades ligadas ao cuidado e à educação dessas crianças. (p. 16)

É justamente a existência dessas especificidades do trabalho com crianças pequenas citadas pela autora que precisa ter uma formação qualificada, habilitando os professores trabalhar de forma adequada, atendendo às necessidades das

crianças em uma postura profissional, sem deixar envolver suas crenças ou valores pessoais.

Para que os professores desenvolvam seu papel como educador de forma adequada, essa formação ajudara no processo, pois assim vai se relacionar com as crianças de forma adequada com o convívio do ambiente seguindo as regras e não de forma como se comportam em um ambiente doméstico, utilizando sempre as práticas pedagógicas e dos cuidados que as crianças precisam, sem esquecer-se de focar nesses fatos.

O cuidar e o educar são de grande importância nas instituições da Educação Infantil, quando são separados, as instituições infelizmente acabam focando no cuidar ou no educar, trabalha estabelecendo uma atenção maior somente em um e não aos dois que seria o correto para se trabalhar.

A partir do momento que a instituição dá uma atenção devida maior no cuidar, por causa dos cuidados que as crianças pequenas precisam, acaba deixando para o segundo plano infelizmente o lado pedagógico, com isso deixando de desenvolver nas crianças as habilidades necessárias para as futuras aprendizagens. Através dessas características ajudou na desvalorização do professor de Educação Infantil, pois dá uma importância maior para o cuidar e deixa o educar de lado.

Agostinho (2003), interpreta as creches como um ambiente de brincadeiras, de expressões, de movimentos e encontros, no qual as crianças podem se desenvolver de forma íntegra:

Com seus modos de ser criança, com suas muitas linguagens, as crianças pesquisadas me apontaram a creche como um lugar de sentido de pertencimento da infância, com toda sua ludicidade, fantasia, imaginação, descoberta, curiosidade, desafio, originalidade, inventividade, criatividade, encantamento. (p. 74).

Convém aos professores a desfrutar esses momentos para explorar a curiosidade das crianças, motivando suas potencialidades e desenvolvendo suas habilidades. Para isso acontecer deveriam proporcionar etapas com atividades direcionadas e outras com atividades livres, com objetivos de utilizar a parte pedagógica de forma espontânea e lúdica.

Esta inerência do cuidar-educar é o maior desafio da Educação Infantil, impondo que seus profissionais tenham uma qualificação adequada, não concedendo que a rotina das crianças não se prenda no esmorecimento exclusivo

do cuidar e nem se resume somente ao educar, pois para as crianças de creches e pré-escolas, é de grande importância que dominem ambos.

Por essa causa é que as autoras Amorim e Dias (2013) alegam a ideia de uma profissionalização dos profissionais para quem trabalha com a Educação Infantil, portanto:

[...], para atuar com crianças pequenas entre 0 e 5 anos de idade faz-se necessária uma formação que possibilite ao profissional os conhecimentos teórico-metodológicos capazes de mobilizar saberes e fazeres necessários à ação docente e que promovam o desenvolvimento pleno e integral das crianças[...]. (p. 41)

Obtendo conhecimento da necessidade dessa formação, concluímos que um professor de Educação Infantil mais do que aptidão ou vocação, precisa ter uma preparação que o habilite para um desempenho qualificado, na Educação Infantil dessa forma ampliando qualidade.

Um profissional que focou seus estudos na Pedagogia, precisa se introduzir como um professor de Educação Infantil, evitando ser menosprezado ou desvalorizado, tanto como na sociedade em geral e no meio da educação.

Devemos ter a consciência de que a educação não ocorre somente em uma fase para nossas crianças, mas uma continuação que acontece através de toda a nossa vida, então o quanto antes iniciar melhor nas fases subsequentes, pois assim terão melhores resultados obtidos.

2.2 HISTÓRICO DA INCLUSÃO

Um breve histórico sobre a inclusão, registra que ela é recente. No passado, qualquer criança com deficiência era considerada inapta para aprender. Quando levantamos dados sobre o seu processo histórico, percorremos por uma longa jornada até chegar aos dias atuais, podemos afirmar que foram algumas conquistas e muitos obstáculos para ser superados ainda.

A educação vivenciou diversas etapas para pessoas com deficiência, no começo sabemos que a reação da sociedade para com os indivíduos era de exclusão total. Entretanto a educação se limitava para alguns grupos privilegiados, com isso, a educação não era um direito para todos. Nesse caso, as pessoas que não fossem ditas como normais, pois, quem demonstrasse algum tipo de deficiência,

dificuldades ou transtornos, que compromettesse na aprendizagem ou no comportamento eram integralmente excluídas, de acordo com Santos (2008).

No tempo de abandono total e de exclusão, apenas no século XIX que mencionam iniciativas diferentes para com estes indivíduos, pois, a nova fase fica conhecida através do período de segregação, no momento em que pessoas com deficiência, transtornos ou dificuldades passam a ser vistas em instituições. Com esse progresso, mesmo assim, ainda são vistos de forma marginalizadas, infelizmente não obtêm os mesmos direitos que os demais e não conseguem conviver.

No século XX será constatado um novo processo, que é o de integração, estabelecido com o intuito de tentativa de aproximação da pessoa com deficiência, transtornos ou dificuldades e a sociedade, o objetivo maior desse período no contexto educacional é para inserir na escola regular os alunos que são ditos como diferentes.

Assim, com essa aproximação, o objetivo da participação destes indivíduos estava longe de ser satisfatório, apesar desse modelo integrador mostrar ainda algumas críticas, pois, as crianças ficavam em salas especiais até o momento que estivessem adaptadas totalmente com a escola para começarem a frequentar as salas regulares. As escolas funcionavam como depósito.

Em relação a esse modelo, Mantoan (2015), enfatiza: “[...] nada mais fora que um anúncio da possibilidade de inclusão escolar para aqueles estudantes que conseguissem adequar-se à escola comum, sem que esta devesse revisar seus pressupostos”. (p. 10)

Através dessas críticas, vai surgindo um novo modelo educacional: a inclusão. A Declaração de Salamanca em (1994) destaca como um dos marcos iniciais da educação inclusiva, um documento mundial construído na Espanha trazendo a educação como direitos de todos, dessa forma com o objetivo da inclusão social.

Nos dias de hoje, a inclusão enfatiza uma educação para todos, estabelecendo na escola o papel de se adaptar a todos os alunos e não os alunos que tem que se adaptar a escola, não importa quais são as suas necessidades. Pois, infelizmente na prática são bem diferentes algumas escolas, ainda não estão totalmente preparadas para receber a diversidade humana, não tem uma estrutura física adequada e desde a educação infantil ao nível superior não tem competências

e nem práticas que mostrem a importância que tem em respeitar às diferenças do próximo.

No Brasil há uma legislação específica (BRASIL, 1996; 2001; 2008; 2015) que se compromete com as propostas inclusivas. Nessa concepção, a Educação Especial é entendida como modalidade de ensino que passa por todos os níveis de ensino e também tem o atendimento educacional especializado (AEE) pelo qual é responsável de receber estudantes com deficiência, com altas habilidades/superdotação e com transtornos globais de desenvolvimento, onde se insere o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A constatação é que, entre a lei e a questão de ser cumprida há uma distância muito grande, entre essas duas situações da lei e de ter um cumprimento para a sociedade.

2.3 O QUE É O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

Nos dias de hoje se fala muito em autismo, mas na maioria das vezes são poucas as pessoas que realmente entendem sobre a questão, por isso acabam estabelecendo convicções erradas sobre o verdadeiro fato do desse transtorno. Segundo Silva (2012), o TEA, em crianças, é mais comum que o câncer, o diabetes e a Aids.

O autismo é um distúrbio no desenvolvimento humano que compromete no comportamento, na socialização e nas dificuldades da comunicação, pois, os primeiros sintomas surgem antes dos três anos de idade. O autismo significa voltar-se para si mesmo e vem de uma palavra grega.

Pesquisas mostraram que o transtorno apresenta mais em meninos do que em meninas, pois, em cada cinco diagnósticos uma é menina e quatro são meninos. De acordo com Teixeira (2017), “casos de autismo em meninas costumam ser mais graves, comprometedores e incapacitantes, quando comparados aos casos no sexo masculino”. (p. 30)

Falando em forma geral, no momento em que as pessoas param para pensar em uma pessoa com TEA, imaginam logo uma pessoa que fica mexendo o seu corpo sem parar, aquela pessoa fechada que fica isolada, que não tem contato com o outro, que não consegue ter contato visual, porém, o TEA tem suas formas diferentes de se manifestar. É muito importante ter a compreensão sobre esse assunto.

Através disso, o termo que devemos utilizar é o Transtorno do Espectro Autista e não o termo “autista”, desse modo precisamos considerar que o transtorno engloba variações diferentes. Pois, nem toda às vezes uma pessoa com TEA vai demonstrar as mesmas características que outra, apesar de ter o mesmo diagnóstico.

Entretanto, vai depender do tipo de variação do transtorno é importante ressaltar, de acordo com Silva (2012) o TEA pode ser dividido através de quatro tipos: traços leves do autismo, autismo clássico e de alto funcionamento e Síndrome de Asperger.

Com relação aos traços leves do autismo são aqueles indivíduos que expressam somente algumas características do transtorno. A síndrome de Asperger são aqueles sujeitos que não englobam a deficiência intelectual e uma das características mais importantes é a afeição por uma área do conhecimento. Demonstram traços, principalmente na execução da linguagem social.

O autismo de alto funcionamento se restringe àqueles que demonstram complexidades ligadas ao comportamento ou na linguagem social e não aos quadros que apresentam déficits cognitivos. E sobre o autismo clássico são aqueles que se situam no limite do espectro, podendo ser totalmente não verbais, sendo dependente de ajuda para realizar coisas mais simples etc. (SILVA, 2012).

Entretanto, o TEA também pode ser compreendido desde quando estabelece o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM-V), divulgado em 2013. Este documento foi bem usufruído na área de saúde. O TEA é dividido como: Leve, Moderado e Severo. Neste estudo, utilizaremos a definição de Silva (2012), visto que compreendemos que se aplica mais adequado nos debates na área da educação, de acordo com o que nos apresentam.

2.3.1 Disfunções Específicas do TEA

O TEA, conforme apresentado Lorna Wing (apud SILVA, 2012) afeta, em todos os casos, três áreas básicas, comprometendo assim: a socialização, de comportamento e de comunicação, as quais citaremos abaixo.

2.3.1.1 Disfunção na socialização

A Disfunção na Socialização é das maiores características que uma pessoa com o TEA irá apresentar. Conforme as alterações que ele mostra, uns podem demonstrar empecilho maiores ou menores no momento que estabelecer contato com as pessoas, sendo capazes de diversificar de uma complexidade em fazer amizades novas, até a um completo isolamento. Segundo Silva (2012),

Pessoas com autismo, no entanto, apresentam muitas dificuldades na socialização, com vários níveis de gravidade. Existem crianças com problemas mais severos, que praticamente se isolam em um mundo impenetrável; outras que não conseguem se socializar com ninguém; e aqueles que apresentam dificuldades muito sutis, quase imperceptíveis para a maioria das pessoas inclusive para alguns profissionais. (p. 22)

Conforme o Manual Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais (2014),

Déficits na reciprocidade sócio emocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais. (p. 91)

Sendo assim, a criança com TEA precisará de assistência e condições para poder ter uma interação socialmente. Para progredir no processo de socialização é fundamental ter incentivos diversificados. Não vai ser evitando o contato ou isolando que a ajudará, pois é de suma importância que pais e educadores compreendam sobre esse entendimento, evitando assim de fortalecer o isolamento que uns acontecimentos apresentam.

Dessa forma, realizar atividades distantes do ambiente em que vive, ter contatos com pessoas novas e em ambientes diferenciados é de grande importância. Podem demonstrar serem atitudes simples, mas coopera bastante para interagir socialmente essas crianças.

Na maioria das vezes, essas atitudes não são compreensíveis. Desta maneira, perante dos obstáculos que significa com relação para alguns casos, quando ocorre de sair com crianças com TEA, a família tem o comportamento de privar o contato social da criança.

De outra forma, a maioria das pessoas pensam que as crianças com TEA se privam por vontade própria. De acordo com Silva (2012) “não, necessariamente, porque estão desinteressados, mas porque não sabem e não aprenderam a arte de interagir e manter vínculos”. (p. 12).

2.3.1.2 Disfunção no Comportamento

Outra característica de uma pessoa com TEA relaciona-se ao jeito de se comportar. Ao perceber uma criança com o transtorno observamos que a mesma pode mostrar movimentos estereotipados e frequentes, ficam andando e correndo de um lado para o outro, sem qualquer explicação, começam a rir ou a chorar, balançam os braços e a cabeça, pois atribuem-se comportamentos impróprios ao local.

De acordo com Silva (2012), as crianças com TEA brincam com os brinquedos de forma inadequada, apega-se aos objetos, algumas preferências limitadas, se estabelecendo em determinado assunto. Para a autora “é comum, por exemplo, uma criança, em vez de pegar o carrinho e brincar como se estivesse em uma rodovia, ficar apenas girando e olhando a rodinha do brinquedo.” (p.30).

Segundo Teixeira (2017), “essas pessoas frequentemente apresentam interesses peculiares e podem passar horas assistindo ao canal da previsão do tempo na televisão ou estudando exaustivamente seus assuntos preferidos [...]”. (p. 80)

Um dos obstáculos também considerados pelos estudiosos na área é a necessidade de seguir uma rotina. Pois as crianças com TEA têm o hábito de efetuar atividades permanentemente da mesma maneira, em que algumas coisas ocorrerem mudanças, as mesmas ficam desconfortáveis.

A maioria das crianças com autismo é supersensível, isto é, elas não gostam de ambientes barulhentos, ficam furiosos e tem comportamentos como colocar as mãos no ouvido. Com essa situação podem reagir de forma inadequada como, por exemplo, de forma agressiva (ou autoagressiva), como ocorre em situações de autismo clássico. Para trabalhar com o autocontrole da criança e tentar acalmá-lo é necessário de muita paciência e serenidade.

2.3.1.3 Disfunções na Comunicação

Outra dificuldade que é visível em uma pessoa com TEA se refere à comunicação verbal e não verbal, pois, em muitas situações, não consegue se expressar através da fala, de expressões faciais ou corporais e de gestos. Diversas crianças podem até não obter a linguagem e outras introduz a fala com atraso, a ecolalia podendo ainda vir junta.

Na situação em que a ecolalia se apresenta, ela pode ser dois tipos: imediata ou tardia. Na ecolalia imediata, acontece quando a criança reproduz algo que acabou de ouvir e na ecolalia tardia é quando a repetição através de frases ou palavras se relata a informações que foram ouvidas há algum tempo. (SILVA, 2012).

Segundo Marinho (2009), “estima-se que cerca de cinquenta por cento dos autistas não desenvolvem a linguagem durante toda a vida” (p. 8). E de acordo com Silva (2012), a maioria das crianças pode mostrar inversão de pronomes, empregando a terceira pessoa no lugar da primeira pessoa pronominal, quando se refere a si mesmo. Em algumas a fala se progride de uma maneira robotizada.

A mesma autora ressalta que, por não possuírem a linguagem verbal e gestual, crianças com TEA preferem utilizar seus pais e educadores como ferramentas para alcançar o que têm em vista. Dessa forma, é necessário a todo o momento incentivar a fala dessas crianças, deixando que elas se fixem em objetos ou tecnologias, visto que é capaz ocorrer da criança não avançar ou corromper com alguma capacidade que já tinha.

2.4 O PAPEL DA FAMÍLIA

É de suma importância a família participar na vida de uma criança com TEA, facilitando na adaptação dela na escola e no processo do ensino da aprendizagem. Entretanto, na maioria das vezes, a família tarda a procurar uma escola para seu filho.

No entanto, tem alguns pais que não percebe nada de diferente no filho nos primeiros anos de vida, dessa forma atrasando, na busca por intervenção. De acordo com Silva (2012), os sintomas apresentam-se, necessariamente, antes dos três anos de idade, e quando os pais compreendem antecipadamente os sintomas, todo auxílio pode chegar mais cedo.

Através dos sintomas mais comuns nos bebês, ressaltamos a dificuldade de manter um contato físico, a fala tardia, a sensibilidade aos sons etc. Dessa forma,

são alguns sinais de indício que tem algo de diferente, e a busca pelo diagnóstico começa a partir desse momento. É interessante realçar que esses são alguns dos sintomas do TEA, porém, não podem concluir um diagnóstico, somente orientar, portanto, o mesmo precisa de uma ligação de vários fatores. (RODRIGUES, 2015).

Diante dessas causas o que dificultam o diagnóstico, ressaltamos a incompreensão por parte dos pais em relação ao conteúdo. Alguns pais até entendem um comportamento diferente, mas tentam negar a verdade para si própria.

Ao olhar uma criança com o transtorno, a sociedade, na maioria das vezes culpa os pais pelo fato dos comportamentos inapropriado tendo em vista, pensando que é uma má educação concedida pelos pais. E na maioria das vezes, os mesmos também se culpam pelo caso. Segundo Mello (2007):

Receber o diagnóstico de autismo é sempre impactante para os pais. A partir desse momento, brota um turbilhão de situações e emoções inesperadas no seio família: angustias, conflitos, frustrações, medos, inseguranças. (p. 65)

De acordo com Mello (2007), a maior dificuldade ao obter o diagnóstico, é que alguns pais desejam a cura do seu filho. Portanto, até o instante, se sabe que não tem cura, pois, têm tratamentos, acompanhamentos, terapias que pretende a reduzir as disfunções comportamentais, de comunicação e de socialização. A partir do momento que a família passa aceitar, com certeza ajuda a criança com TEA a se desenvolver melhor.

É de grande importância que a escola e a família andem sempre juntas, com metas comuns, porém não progride, se a escola construir todo um trabalho de intervenção procurando um bom desenvolvimento para a criança, conquistar a sua autonomia, para quando chegar a sua casa a família desconstruir o trabalho que foi realizado na escola.

Assim sendo, a casa tem que ser um ambiente onde precisa seguir a continuação do tratamento, assim como, no caso da autonomia. Pois, os pais não podem realizar tudo para a criança, é necessário entender que as crianças com TEA têm capacidade de aprender como qualquer outra criança.

2.5 O PAPEL DA ESCOLA

A inclusão escolar bem como tem o propósito de introduzir, entretanto, não quer dizer somente estar exposto. Incluir só acontece quando há cooperação determinante dessa criança na escola, não basta inserir ela somente na sala de aula, através disso estaríamos retornando para o movimento de integração, quando acontece da escola não modificar absolutamente nada para acolher a criança.

Segundo Silva (2012), “a vida escolar é especial e todos têm o direito de vivenciar essa experiência” (p. 74). Sendo assim, a criança com TEA tem que estar estabelecida no contexto escolar e a escola tem que ter respeito pelas suas especificidades, pois é um direito garantido na LDB, como na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e na Lei Brasileira de Inclusão (2015), em que está mencionada a matrícula, a aprendizagem e a formação docente apropriada com a finalidade de que a inclusão ocorra. Porém, na realidade, até então temos muitos desafios.

Como a ausência de formação adequada para os profissionais da escola (não somente em relação aos professores), o que piora a circunstância de alunos com TEA, pois quem forma a escola não se sentem capacitados para responsabilizar-se em relação a esta requisição. De acordo com Paulon, Freitas e Pinho (2005):

Um pressuposto frequente nas políticas relativas à inclusão supõe um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual o trabalho do mesmo é concebido como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso. É claro que a aprendizagem dos alunos é uma das metas fundamentais, não só dos professores, mas de todo o profissional que esteja implicado com a educação e, sem dúvida, uma prática pedagógica adequada é necessária para alcançá-la. (p. 9)

Segundo Silva (2012), a desqualificação dos profissionais pode colaborar para que fatos virem dificuldades na escola. E em relação à criança com TEA, é frequente que aconteça casos de bullying. Para a autora, “evitar o bullying e proteger essas crianças é obrigação da escola, dos pais e da sociedade” (p. 22).

O bullying é uma situação que pode ferir as mais diferentes crianças, por fundamentos medíocres, porém um destaque maior merece ser dado quando se trata de uma criança com TEA pelo fato da mesma não ter a prontidão para encarar o bullying. De forma geral, são inocentes e não conseguem enxergar ruindade nas pessoas.

Em casos onde se sentem incomodados, a aptidão é procurar o afastamento social, estimulando dificuldades ainda maiores para uma aprendizagem significativa. Portanto, o professor precisa estar alerta a qualquer discriminação expressa ou não, com o intuito de estimular nos alunos, a respeitar às desigualdades.

É importante que a escola tenha uma preparação para receber crianças com TEA, obedecendo ao que está na legislação estabelecida. É dever de todos e não apenas do professor ou cuidador. Porém as crianças são diferentes, com isso algumas vão ter bloqueio maior para o aprendizado, outros nem tanto. Pois, o caso é que alguns alunos, a dificuldade é mais grave e com isso o desenvolvimento não acontecerá no tempo que a família tem expectativas que aconteça ou em que a escola almeja. Segundo Silva et al. (2012),

Mesmos que as coisas não fluam como gostaríamos, precisamos encontrar caminhos e criar recursos criativos para que elas possam crescer e se desenvolver no ambiente escolar de forma satisfatória. Muitas são as intercorrências que podem surgir no meio do caminho, dentre elas a descoberta do autismo. (p. 75).

É de suma importância que o professor esteja disposto em acreditar nas várias habilidades que uma criança com TEA pode expressar. O professor deve focar mais para as competências do aluno e não para os seus limites. Pois através dessa credibilidade colocada no aluno, coopera para amplificar em seus rendimentos de aprendizagem.

Um primeiro passo que o professor pode dar para ajudar na prática inclusiva nas instituições de ensino, é reprimir pensamentos com discriminação e confiar que todas as crianças, principalmente às com TEA, conseguem aprender.

2.6 RECURSOS PEDAGÓGICOS PARA CRIANÇAS COM TEA

É de suma importância incentivar uma pessoa que demonstra algum tipo de deficiência, dificuldades ou transtornos, se a mesma se sentir determinada e se sentir com um bom acolhimento, terá bons resultados em seu progresso e de interagir socialmente, que na maioria dos casos é uma das maiores barreiras para se combater.

Pois, ressaltando também a relevância dos usos metodológicos e de materiais, tem que ser de forma apropriada para cada deficiência, dificuldades ou

transtornos, usar de modo à precisão de cada um. Com isso, passaremos enfatizar alguns métodos e recursos voltados na área de crianças com TEA, de forma efêmera, abaixo.

2.5.1 Análise Aplicada do Comportamento (ABA)

Análise Aplicada do Comportamento é conhecida através da sigla ABA e não se refere somente de um método, mas de um assunto de averiguação, que se propõe ao ensino de competências que uma criança com TEA ainda não apresenta. Sendo assim, o objetivo do ABA é, particularmente, modificar comportamentos inapropriados da criança com TEA em habilidades. Segundo Silva (2012),

A metodologia consiste em modificar os comportamentos inadequados, substituindo-os por outros mais funcionais. O foco da mudança baseia – se, principalmente, nos comportamentos social, verbal e na extinção de birra. (p. 126).

De acordo com Mello (2007), “o primeiro ponto importante é tornar o aprendizado agradável para a criança. O segundo ponto é ensinar a criança a identificar os diferentes estímulos” (p. 37). Diante disso, a intervenção tem que ocorrer na criança ainda pequena, porém, para isto, é essencial ter o diagnóstico adiantado. Mas vale ressaltar que para os jovens e adultos o método também beneficia.

De forma geral, o método trabalha da seguinte maneira: o professor vai estabelecendo uma instrução para que a criança consiga executar, se caso a criança efetuar de forma positiva, receberá um estímulo, como forma de incentivo para a mesma. De acordo com Mello (2007), se no lugar de responderem de forma negativa derem respostas positivas, tem que ser gratificadas, dessa forma ajudará para ter atitudes no comportamento de maneira adequada.

Segundo o autor, é de suma importância que a gratificação seja agradável ou que a criança tenha chance de decidir o que quer. Em alguns períodos, alguma criança precisará de um auxílio até conseguir se conciliar ao método, sendo capaz do auxílio ser de forma parcial ou total. Porém, aos poucos, é provável retirar o auxílio, de forma que a criança não fique totalmente dependente desse auxílio.

Através do método é conseguir que a criança com TEA desenvolva a sua própria autonomia.

Assim sendo, este tratamento é disciplinado muito na repetição, com isso tem muitas críticas dizendo que o método é como “robotizariam” as crianças. De outra forma, para alguns, o ABA trouxe muitas vantagens à pessoa com o transtorno do espectro autista.

2.5.2 Tratamento e Educação para Crianças com Autismo e com Distúrbios Correlatos da Comunicação (TEACCH)

O método Treatment and of Autistic and Related Communication Handicapped Children, em português, significa Tratamento e Educação para Crianças com Autismo e com Distúrbios Correlatos da Comunicação, conhecido mais através da sigla TEACCH. Segundo Mello (2007) o método nos anos 60, na Universidade da Carolina do Norte, foi pensado pelo Dr. Eric Schopler e outros interessados.

Refere-se sobre realizar uma adequação de ambiente, das atividades e dos materiais, assim sendo, o maior objetivo é conseguir o aprendizado da criança com TEA, constituindo que a criança transmute para ser mais independente, como no meio familiar como na escola.

Neste método são usados figuras, fotos e cartões que favorecem na compreensão do que se espera que a criança desempenhe. Através do nível de desenvolvimento da criança, pode diversificar de criança para criança. No início utiliza fotos da própria criança para realizar as atividades, dessa forma facilitando em seu entendimento.

Por tanto, de acordo com o que vão assimilando, a especulação passa para o exercício em desenho. A demonstração se faz com figuras contendo a palavra escrita, e após, somente com as palavras. (MELLO, 2007).

Uma sala que utiliza o método TEACCH mostra diferentes espaços: um espaço para que o aluno realize seus trabalhos individualmente, um espaço atribuído para realizar trabalho em grupo, e um espaço para o divertimento. Entretanto, a sala também deve colocar rotinas e horários individuais, onde são conduzidas para o lugar que será efetuada a atividade proposta, sempre usando as imagens como forma de comunicação.

Assim sendo, os ambientes, as atividades deverão estar em forma sequencial e os profissionais deverão dar orientações claras e diretas. (MELLO, 2007). Segundo Mello, as críticas maiores utilizadas ao método “têm sido relacionadas à utilização com crianças de alto nível de funcionamento”, pois, ressalta que:

A nossa experiência tem mostrado que o TEACHH, adequadamente usado, pode ajudar muito estas crianças. Temos conseguido resultados acima do esperado, não de forma súbita e milagrosa, mas como fruto de um trabalho demorado e sempre voltado para as características individuais de cada criança. (p. 36).

Observa-se que, além das críticas, este é um método que auxilia o progresso e a aprendizagem da criança com TEA. O hábito traz a expectativa no dia a dia da criança, destacando que ela deve ser bem objetiva e precisa. Com o intuito que a criança consiga saber lidar com modificações sem medo e essas mudanças têm que ser efetuadas em pequenas quantidades.

2.6.3 Sistema de Comunicação através da Troca de Figuras (PECS)

Picture Exchange Communication System, em português significa Sistema de Comunicação através da Troca de Figuras, conhecida pelas siglas PECS e é um tipo de Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). De modo geral, pode ser compreendido como um método em que se aplicam cartões com imagens que ajuda na comunicação de pessoas que não desenvolveu a linguagem verbal ou que tem algumas dificuldades para se comunicar (MELLO, 2007).

Neste âmbito, algumas variações do TEA são de forma bem aproveitadas por esse método, principalmente em autistas clássicos, portanto tem uma complexidade muito grande para se expressarem por meio da linguagem verbal ou não verbal. Com isso, o PECS é uma adequação para a criança com TEA sendo assim para expor suas necessidades, opções e desejos.

As figuras ficam reunidas em uma pasta ou álbum onde a criança dá a figura que comunica seus desejos ou necessidades. Entretanto, é atendida em imediato, contendo o que se deseja como resposta. Assim sendo, é um método fácil de ter, qualquer pessoa pode fazer e acessível, pois foi muito aceito em todo o mundo, pelo fato de ser simples. (MELLO, 2007).

3 METODOLOGIA

Este estudo foi realizado através da pesquisa de campo, qualitativa e documental, considerando a opinião dos sujeitos que participaram da pesquisa. Considerando que o intuito desse estudo é mostrar a importância da inclusão em sala de referência e a formação profissional, como ocorre esse processo de formação. Foi estabelecido o método do estudo de caso, pelo fato de compreender melhor os objetivos apresentados.

Assim, se baseando nas ideias de Goldenberg (2004), que ressalta:

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística. (p. 33,34).

3.1 ETAPAS DA PESQUISA

Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica em livros, artigos e documentos impressos e digitais que regulam a Educação Especial quanto à formação do professor na Educação Infantil. Foi aplicado, em seguida, um questionário com professores de um Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) com o intuito de descobrir a formação dos professores e suas práticas pedagógicas para com as crianças com deficiência, gerando assim dados para a análise.

Com isso, foi estipulado um período para realizar a pesquisa de campo, onde foi construído um questionário contendo 16 (dezesesseis) questões para ser aplicado com as professoras de um CREI da rede municipal de Bayeux.

Em seguida, de posse dos dados, procedeu-se uma análise dos mesmos, ocasião em que foram categorizados e investigados. De acordo com Franco (2008), “as categorias vão sendo criadas à medida que surgem as respostas, para depois serem interpretadas à luz das teorias explicativas.” (p. 62). Neste caso, as respostas descobertas foram de grande importância para orientar na realização da pesquisa.

3.2. INSTRUMENTO UTILIZADO

O instrumento estabelecido para a realização da pesquisa de campo foi um questionário constituído de 16 (dezesseis) questões, sendo duas questões abertas, e as demais fechadas. Foram questões que abordavam desde a identificação das professoras até as suas práticas pedagógicas.

A aplicação do questionário foi realizada com a autorização da Coordenadora do CREI. Todas as professoras responderam o questionário no refeitório, por ser um ambiente tranquilo em horário de aula e na ocasião estar vazio.

A análise foi realizada com base nas respostas das três professoras que aceitaram colaborar com a pesquisa.

3.3. CARACTERIZAÇÃO DO CREI

O nome do CREI é uma homenagem que a Prefeitura de Bayeux-PB fez para a mãe de um prefeito que a cidade teve, visto que a mesma prestou vários serviços para a comunidade. O Prefeito, os Vereadores, acompanhados da Secretária de Educação, a Coordenadora da Educação e a Gestora da creche e assessores, reinauguraram a creche no dia 26 de março de 2014, localizada no Bairro Alto da Boa Vista.

Atualmente, a instituição atende crianças na faixa etária de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses até 4 (quatro) anos. Em sua maioria, é oriunda do bairro onde a Creche se encontra inserida. No entanto, existem crianças matriculadas que residem nos bairros adjacentes, a saber: Jardim Aeroporto e Rio do Meio.

A instituição até o momento, não possui prédio próprio e tem funcionamento de segunda à sexta-feira em horário integral das 07:00 às 17:00h, fechando nos feriados nacionais e locais, períodos em programas sociais de transferência de renda. São 3 (três) turmas de acordo com o Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Distribuição das Turmas

Turmas	Crianças
Infantil II	1 ano e 4 meses
Infantil IV	3 anos
Infantil V	4 anos

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2018

Na maioria das vezes, as famílias às quais as crianças, regularmente matriculadas pertencem, são caracterizadas como de classe baixa renda, cujo perfil é formado por pais e/ou responsáveis desempregados, que sobrevivem do mercado informal de trabalho e estão inseridos em programas sociais de transferência de renda. A instituição conta com um espaço físico bastante limitado e é dividido de acordo com o Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 – Distribuição dos ambientes

Nº	Ambiente	Nº	Ambiente
01	Espaço para recreação (terraço e garagem);	01	Espaço de convivência (funcionam simultaneamente a direção, a secretaria e o refeitório);
03	Salas de aulas;	01	Cozinha;
01	Dispensa;	01	Banheiro infantil (coletivo);
01	Banheiro dos funcionários (coletivo);	01	Área de serviço (lavanderia);
01	Quintal (não utilizado);	02	Recuos laterais.

FONTE: Dados da pesquisa de campo, 2018

A equipe de profissionais da instituição é composta por servidores efetivos e contratados, lotados na Secretaria da Educação da cidade de Bayeux. O corpo docente possui formação acadêmica de nível superior, os demais profissionais possuem níveis acadêmicos variados.

Os profissionais da instituição estão organizados em cinco equipes que desempenham suas atividades de forma articulada, de acordo com o Quadro 3, abaixo.

Quadro 3 – Funcionários da Instituição

Equipe Administrativa: Gestora e Secretária.
Equipe Pedagógica: Supervisores e Professoras.
Equipe de Nutrição: Merendeira
Equipe de Higiene: Auxiliares de Serviços Gerais.
Equipe de Apoio: Nutricionista, Monitora e Cuidadora.
Equipe de Segurança: Vigilante.

FONTE: Dados da pesquisa de campo, 2018.

O CREI possui um Projeto Político-Pedagógico que foi construído por toda a equipe de profissionais da unidade durante o mês de Junho/2017 e teve como objetivo principal nortear o processo educativo que influenciará decisivamente o processo ensino-aprendizagem da criança enquanto SER único através da integração de seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais.

No Projeto Político-Pedagógico do CREI, também menciona-se que o método de ensino é baseado na proposta de Piaget (1970), onde pode afirmar que, no processo educativo o conhecimento não é meramente repassado pelo professor ao discente de forma passiva. Mas sim, é construindo de forma dinâmica, ora individual, ora coletiva. Assim, buscando sempre a valorização desses dois momentos que naturalmente se fundirão no transcorrer do processo de aprendizagem.

Considerando este pensamento, buscam acompanhar as crianças de forma individual e contínua, respeitando sempre o processo de aprendizagem de cada uma e valorizando o trabalho em equipe. Sendo assim, o sujeito é o agente do saber e os

docentes atuam como mediadores do processo de ensino e aprendizagem, isso viabiliza o desenvolvimento da criança enquanto ser humano único, sujeito a direitos e deveres que interagem entre si e com o meio em que está inserida.

O intuito dessa concepção é a promoção do desenvolvimento integral da criança, no despertar de suas capacidades cognitivas, físicas, emocionais e éticas, para favorecer e qualificar sua inserção social, através de uma metodologia de trabalho que associe prazer e ludicidade na construção do conhecimento.

Isso ocorrerá por meio de projetos desenvolvidos no decorrer do ano letivo, que priorizarão as necessidades da criança, criando elos entre: instituição de ensino, professora, crianças, família e comunidade escolar da qual fazem parte. Dessa forma, é uma Proposta Pedagógica dinâmica, desenvolvendo a cada construção um novo caminhar.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Todos os professores participantes da pesquisa são do sexo feminino, com formação em Pedagogia, sendo que há professora com Especialização em Psicopedagogia e em Libras. Todas se formaram em instituições de ensino da rede pública ou da rede privada há mais ou menos cinco anos e possuem experiência na função que exercem, na faixa de 14 e 15 anos. Atualmente, atuam nas turmas de infantil II, IV e V.

Inicialmente, a questão foi a respeito da formação profissional e todas declararam possuir a formação mínima necessária para atuarem nas salas de referência com crianças até 07 anos de idade, já que todas possuem ao menos uma graduação. A professora nomeada de P1, tem o Magistério, Graduação e Especialização; a professora P2 tem Graduação; e a professora P3 tem Graduação e Especialização.

Vemos neste ponto a importância da formação profissional, principalmente na formação do professor, para que possa desempenhar suas atividades sempre combinando os elementos da teoria com sua prática do dia a dia em sala de aula, assim como afirma Libâneo (2006):

A profissão de professor combina sistematicamente elementos teóricos com situações práticas reais. É difícil pensar na possibilidade de educar fora de uma situação concreta e de uma realidade definida. Por essa razão, a ênfase na prática como atividade formativa é um dos aspectos centrais a ser considerado, com consequências decisivas para a formação profissional (p.230).

Por isso, além da formação acadêmica, a profissão docente possui particularidades que os distinguem das demais profissões, como a disponibilidade e o compromisso de estar sempre se aperfeiçoando e renovando para uma atuação com ética e responsabilidade com os cidadãos em formação, as crianças.

Outro ponto que tem total influência na atuação do profissional em sala é o tempo de experiência, pois quanto mais adquirimos experiência, mais vamos aprendendo a lidar com as situações, muitas vezes inusitadas, que vão surgindo nas salas de referência. E nesse quesito, as professoras demonstraram já ter percorrido um bom caminho, visto que atuam há, em média, 15 anos.

Sabemos que é através dessa experiência que todo profissional vai melhorando sua prática, aprendendo com os erros, revendo suas práticas e as relacionando com a teoria. Sendo indispensável à formação continuada, como disposto na LDB Nº 9.394/96, que aponta como critérios para formação do educador os seguintes pontos:

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades. (BRASIL, 1996)

Com isso, para atuar na Educação Básica tornou-se indispensável uma formação em nível superior, assim como uma formação continuada, contribuindo para o aperfeiçoamento teórico-prático, desenvolvendo uma visão de mundo, aumentando seu desempenho profissional e estimulando seus alunos para uma vida em sociedade mais harmoniosa.

Essa visão de mundo se torna ainda mais indispensável quando se trabalha com crianças pequenas, como é o caso das nossas entrevistadas que todas trabalham com a Educação Infantil, área da educação que possui o maior número de especificidades.

Por isso é tão importante ofertar às nossas crianças uma Educação Infantil de qualidade, pois essa complementa a Educação Familiar, chegando por muitas vezes, a assumir o papel de formação do caráter da criança. Cabendo à escola/creche desenvolver o pleno desenvolvimento das crianças, estímulos esses indispensáveis a cada fase da vida das crianças. Conforme o pensamento de Bujes (2001, p. 21 apud HERMIDA, 2007):

[...] a educação infantil precisa ser muito mais qualificada. Ela deve incluir o acolhimento, a segurança, o lugar para a emoção, para o gosto, para o desenvolvimento da sensibilidade; não podendo deixar de lado o desenvolvimento das habilidades sociais, nem o domínio do espaço e do corpo e das modalidades expressivas; deve privilegiar o lugar para a curiosidade e o desafio. (p. 227)

Desta forma, é o compromisso da escola colaborar para o desenvolvimento e a realização do ser humano. O apreço com a criança no seu desenvolvimento global mostra ter uma compreensão da necessidade de envolver na dinâmica do ambiente educacional, além do desenvolvimento cognitivo, o físico e o social, ou seja, reforçando a indissociabilidade do cuidar e do educar.

Não podemos deixar de fora disso, a relação de um bom desempenho do trabalho pedagógico com o número de crianças por turma, assim como do espaço ofertado para o desempenho deste trabalho. Na instituição onde foi realizada a pesquisa, o número de crianças não chega a ser um problema, pois trabalha com um número razoável de crianças por turma. Visto que as turmas envolvidas na pesquisa contam apenas com 23, 24 e 12 crianças, respectivamente.

Apesar das turmas não contarem com um grande número de crianças, a instituição não possui um espaço adequado, pois suas salas de referência contam com um espaço bastante reduzido. Estes espaços pequenos, na Educação Infantil, se tornam inadequados, pois acabam por limitar a realização de que envolvem os movimentos e a expressão corporal, trabalhando desde a coordenação motora até o ritmo.

É de responsabilidade da Educação Infantil compreender as crianças, respeitando seu tempo e individualidade, ofertando ambiente adequado e atividades lúdicas, proporcionando um desenvolvimento sadio e estimulando as habilidades motoras e sociais, para que possam desenvolver sua criatividade em espaços livres.

Sem contar que esse ambiente deve priorizar a cultura infantil, estimulando a convivência e sem esquecer suas vivências e relações no cotidiano escolar, com rotinas estruturadas, fortalecendo as relações criança com seus pares, assim como com os adultos, abrindo espaço para o diálogo e a reflexão.

Mediante essa necessidade, torna-se imprescindível que os professores de Educação Infantil sejam conhecedores de como ocorrem os processos de aquisição do conhecimento e desenvolvimento infantil, para que esse estímulo ocorra de forma adequada. Uma vez que, segundo Hermida (2007):

Para desempenhar a contento a mediação de aprendizagens na construção de significados, o educador precisa conhecer como as crianças pensam e se apropriam dos conhecimentos para saber intervir no sentido de que elas possam avançar. (p. 289).

Com isso, percebemos o quão importante é que o profissional esteja qualificado para que possa nortear seu trabalho, elaborando assim propostas claras que envolva os conteúdos em uma forma de ensinar que possibilite que o processo de ensino e de aprendizagem ocorra de maneira significativa e coerente com os objetivos propostos, promovendo assim, um desenvolvimento satisfatório para as crianças.

Mesmo assim, não podemos esquecer que cada criança possui seu tempo e ritmo para aprender, principalmente quando se trata de crianças com deficiência, foco deste trabalho. Por isso, questionamos quantas crianças com deficiência/dificuldades de aprendizagem cada professora atendia e a resposta delas foi que atendem apenas entre uma e duas crianças tidas como “especiais” em suas turmas.

Podemos observar que as turmas possuem um pequeno número de crianças que necessitam de um atendimento mais focado, isso se torna um ponto positivo, visto que a professora precisa atender apenas a um tipo de deficiência/necessidade. Sem contar que todas elas possuem cuidadoras que auxiliam às professoras nas salas de referência.

Desta forma, a professora tem a oportunidade de ter a devida atenção para as potencialidades da criança e não para as suas limitações. É essa confiança passada para a criança que ajuda para ampliar suas possibilidades de aprendizagem. Evitar pensamentos discriminatórios e acreditar que todas as crianças, inclusive as com TEA podem aprender, desta maneira é um primeiro passo para o professor construir com uma prática inclusiva. Mantoan (2015), diz que:

O professor inclusivo não procura eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado – tão almejada pelos que apregoam a homogeneidade das salas de aula. Ela está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as, complementando-as. (p. 79)

Então, as questionamos quanto ao tipo de deficiência/dificuldade que as crianças possuíam e, curiosamente, todas possuem o Transtorno do Espectro Autista, algo que no Curso de Pedagogia, se estuda de forma muito superficial, apenas os alunos que optam pela área de aprofundamento em Educação Especial consegue realmente estudar sobre o tema.

Na maioria das crianças com autismo são hipersensíveis, ou seja, elas não gostam de frequentar ambientes com muito barulho, ficam irritadas e tem o hábito de colocar as mãos no ouvido. Nessas situações, podem chegar a reagir de forma agressiva, de maneira que acontece com casos de autismo clássico. É necessário ter muita tranquilidade e paciência para poder trabalhar o autocontrole da criança e tentar acalmá-la.

Requer uma devida atenção ao fato de que a criança com TEA apresenta dificuldades com a imaginação. Enquanto as demais crianças, desde cedo, gostam de brincar de faz de conta, as crianças com TEA tem certa resistência a essas brincadeiras. De acordo com Silva (2012):

Os padrões de comportamento das pessoas com autismo independem de raça, nacionalidade ou credo desses indivíduos. É fácil identificarmos comportamentos autísticos mesmo em um estrangeiro, pois não estão relacionados aos costumes de um povo ou outros moduladores, e sim ao desenvolvimento particular dessas pessoas. (p. 24)

Por isso, perguntamos às professoras se mudaram a forma pedagógica de ministrar as aulas, após passar a trabalhar com sala inclusiva e todas responderam de forma afirmativa.

É de suma importância incentivar uma pessoa que demonstra algum tipo de deficiência, dificuldades ou transtornos, se a mesma se sentir determinada e se sentir com um bom acolhimento terá bons resultados em seu progresso e de se interagir socialmente, que na maioria dos casos é uma das maiores barreiras para se combater.

Pois, ressaltando a relevância dos usos metodológicos e de materiais, tem que ser de forma apropriada para cada deficiência, dificuldades ou transtornos, usar de modo a precisão de cada um. Com isso, alguns métodos e recursos voltados na área de crianças com TEA, são: ABA, TEACCH e PECS.

O objetivo do ABA é, especificamente, transformar comportamentos inadequados da criança com TEA em aptidões. Segundo Silva (2012):

A metodologia consiste em modificar os comportamentos inadequados, substituindo-os por outros mais funcionais. O foco da mudança baseia – se, principalmente, nos comportamentos social, verbal e na extinção de birra. (p. 2016)

O maior objetivo do TEACCH é conseguir o aprendizado da criança com TEA, constituindo que a criança transmute para ser mais independente, como no meio familiar como na escola. Mello (2007) diz que:

O TEACHH, adequadamente usado, pode ajudar muito estas crianças. Temos conseguido resultados acima do esperado, não de forma súbita e milagrosa, mas como fruto de um trabalho demorado e sempre voltado para as características individuais de cada criança. (p. 36).

Através do PECS, o objetivo é uma adequação para a criança com TEA sendo assim para expor suas necessidades, opções e desejos. Dessa maneira de modo geral pode ser compreendido como um método em que se aplicam cartões com imagens que ajuda na comunicação de pessoas que não desenvolveu a linguagem verbal ou que tem algumas dificuldades para se comunicar, (MELLO, 2007).

Ao perguntarmos sobre como ocorreu à aceitação destas crianças pelas demais, todas as professoras afirmaram que não tiveram problemas com a inclusão, visto que as demais nunca demonstraram nenhum tipo de preconceito ou rejeição aos colegas com o autismo.

Isso é algo comum de acontecer, principalmente na Educação Infantil, visto que as crianças pequenas são inocentes e não tem maldade. Mantoan (2003) diz que:

A escola prepara o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aulas, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para atender e viver a experiência da inclusão. (p. 91.)

Entretanto, quanto mais a criança interagir espontaneamente com fatos diferentes mais ela obtém conhecimentos autênticos, desta forma, a inclusão é propícia a todos, portanto faz com que as crianças tenham oportunidade de compreender e relacionar-se com a vida humana as suas dimensões e dificuldades.

A pergunta seguinte foi referente ao material pedagógico disponibilizado pela instituição para a realização do trabalho com estas crianças. Esta questão trouxe conflitos de resposta, pois uma professora respondeu que não havia material, porém, as outras duas responderam que a instituição possuía tal material.

O material para o apoio pedagógico é de fundamental importância, pois irá auxiliar tanto as crianças que possuem como as crianças que não possuem

dificuldades/deficiência. Esse material tem a função de ajudar a despertar o interesse das crianças nas aulas, auxiliando no processo de ensino aprendizagem e na absorção do conteúdo proposto pelo professor.

Essa forma de ensinar torna a aprendizagem significativa, contextualizando o conteúdo, ampliando o conhecimento das crianças e fazendo com que elas se apropriem de novos conceitos. Isso torna as aulas mais dinâmicas, interativas e dialogadas, desenvolvendo sua criatividade, coordenação e habilidades. De acordo com Souza (2007):

[...] utilizar recursos didáticos no processo de ensino aprendizagem é importante para que o aluno assimile o conteúdo trabalhado, desenvolvendo sua criatividade, coordenação motora e habilidade de manusear objetos diversos que poderão ser utilizados pelo professor na aplicação de suas aulas. (p. 112)

Para que essa assimilação ocorra de forma adequada, torna-se indispensável que o material utilizado com os alunos esteja de acordo com o conteúdo a ser estudado, sendo primordial que ocorra um planejamento, com o intuito de que o professor saiba usá-lo de forma adequada para alcançar os objetivos propostos.

A discordância entre as professoras ficou mais evidente na questão seguinte, pois solicitamos que dissessem quais os materiais que utilizavam para a realização do trabalho com estas crianças, e todas deixaram esta questão sem respostas.

Com a discordância na questão anterior aliada à falta de resposta nesta, concluímos que não há este tipo de material, e credito este fato à escassez desse tipo de material nas instituições públicas de ensino, gerada pelo descaso com que a educação vem sendo tratada em nosso país. Para Xavier (apud GANE, 1971), diz que os meios materiais usados pelo ensino se adequadamente escolhidos, servem para motivar e estimular o aluno a se envolver efetivamente conduzindo-o à aprendizagem.

Mesmo com a falta de material adequado, nenhuma das professoras relatou ter tido algum tipo de dificuldade para ministrar suas aulas, isso pode ser o reflexo de uma formação profissional adequada, visto que a qualificação, principalmente quando se trata de crianças com necessidades especiais, é de suma importância.

Assim como consta na resolução CNE/CP Nº 1 de 18 de fevereiro de 2002, é papel das instituições de ensino superior oferecer aos professores uma formação

profissional de qualidade, com momentos de vivência na prática do estágio. A Resolução continua afirmando que:

A aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais indivíduos, no qual são colocadas em uso capacidades pessoais; (BRASIL, 2002)

A alínea b, na mesma Resolução fala da importância que estes profissionais precisam trabalhar as habilidades e outras competências, como os valores e a interação com os indivíduos que está formando a equipe de trabalho, auxiliando para ter uma postura profissional, respeitando o ambiente de trabalho e resultando em relações mais humanizadas.

Em seguida, perguntamos se as mesmas tiveram alguma dificuldade para se comunicar com as crianças, nem todas relataram ter tido tal dificuldade, isso pode ter ocorrido pelo fato de que além das especificidades de cada criança, com ou sem autismo.

De modo geral, quando as pessoas pensam em uma pessoa com TEA logo imaginam uma pessoa isolada, que não consegue manter contato visual e que mexe seu corpo sem parar, mas, é preciso entender que o TEA tem suas diferentes maneiras de se manifestar. (SILVA, 2012).

Por esse motivo, o termo que devemos utilizar é o Transtorno do Espectro Autista e não o termo “autista”. Desse modo, precisamos considerar que o transtorno engloba variações diferentes, pois nem toda às vezes que uma pessoa com TEA vai demonstrar as mesmas características que outra, apesar de ter o mesmo diagnóstico. Entretanto, vai depender do tipo de variação do transtorno é importante ressaltar e como as intervenções que são realizadas com a criança.

Todas as professoras apontaram como sendo um dos maiores empecilhos que as instituições de ensino enfrentam ainda nos dias de hoje para a realização de um bom trabalho em salas inclusivas, é a falta de recursos pedagógicos.

De acordo com Justino (2011), os recursos didáticos trazem um tipo de inovação, uma luz ao ensino na atualidade, sempre em conformidade com as inovações e propostas tecnológicas. “[...] esses recursos materiais precisam ser utilizados pelo professor de forma que seja possível a participação dos alunos, possibilitando a interação entre professor, aluno e conhecimento” (p.79) e mais:

No universo da educação, a utilização de recursos didáticos e da tecnologia inovadora, somados a prática pedagógica adequada, busca despertar o interesse para o aprendizado, pois oferecem um conjunto de recursos importantes e ferramentas de comunicação e informações, tornando-se, assim, um componente essencial de pesquisa e um potente instrumento de ensino-aprendizagem. (p. 73)

Devemos reconhecer a importância dos materiais pedagógicos dentro da evolução da educação e assim vimos que o uso de recursos didáticos não é um fato recente, pois Comenius em sua obra “Didática Magna (1657)” já o mencionava como forma de aperfeiçoamento do educador.

O material didático vem, assim a ser um meio de ligação, onde o professor é o transmissor, o aluno é o receptor e, por fim, o conteúdo é a mensagem. Porém, esse processo se dá de forma concreta quando as ações desenvolvidas são interpretadas e respeitadas, por isso o mero uso das tecnologias oferecidas pelos diversos recursos tem que ser repensando, por que toda ação pode ter sua parcela de contribuição cognitiva desde que bem trabalhadas. (BOTH, 2008).

Ainda se tratando dos empecilhos enfrentados pelas instituições de ensino na atualidade para a realização de um bom trabalho em salas inclusivas uma das professoras também destacou a falta de preparação específica, como cursos, palestras e seminários.

Normalmente quando se fala em formação continuada tem-se o conceito de que são cursos, treinamentos feitos dentro ou fora da instituição que se trabalha. No entanto, é necessário repensar estes conceitos, pois como escreve Libâneo (2004), a ideia-chave de formação continuada é que:

(...) os professores aprendem muito compartilhando sua profissão, seus problemas, no contexto de trabalho. É no exercício do trabalho que, de fato, o professor produz sua profissionalidade. Esta é hoje a ideia-chave do conceito de formação continuada. Colocar a escola como local de aprendizagem da profissão de professor significa entender que é na escola que o professor desenvolve saberes e as competências do ensinar, mediante um processo ao mesmo tempo individual e coletivo. (p. 34-35)

Diante do exposto, entende-se que é dentro da escola que o professor aprende, trabalhando, colocando em prática os conhecimentos, as habilidades, as atitudes apropriadas em situações concretas de seu cotidiano. Aprende, também, com as crianças, quanto a sua realidade, tendo a competência de articular seu conhecimento, sua habilidade e atitudes em favor da aprendizagem.

Quando solicitamos que fizessem algumas considerações acerca dos pontos positivos ou negativos encontrados para ministrar aulas na sala de referência com acriança com deficiência, apenas uma se manifestou, afirmando que “é preciso mais apoio com os professores, reuniões e oficinas e material de apoio.”

Isso demonstra a importância de se promover uma formação continuada, visto que a formação do professor não é um processo que se restringe apenas à formação inicial, sendo mais do que uma necessidade do professor, é uma necessidade ética da qualidade de ensino e crítica da própria atividade.

Segundo Freire (2003):

A responsabilidade ética, política e profissional do ensinante lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer formação permanente do ensinante. Formação que se funda na análise crítica de sua prática. (p. 28).

Neste sentido, este conceito se liga à ideia do desenvolvimento profissional dos professores que inclui os espaços profissionais próprios da profissão docente. Freire, (apud PONTE, 1994), ressalta que para o desenvolvimento profissional há a necessidade de se “considerar a prática letiva e as restantes atividades profissionais, dentro e fora da escola, incluindo a colaboração com os colegas, projetos de escola, atividades e projetos de âmbito disciplinar e interdisciplinar e participação em movimentos profissionais” (p.7)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo podemos concluir que a forma como acontece o processo de formação do Pedagogo implica de modo direto em sua ação profissional, pois sendo assim, esse é o ponto inicial da formação que o profissional desenvolve toda a sua base pedagógica, a qual será o suporte ao longo da sua vida profissional.

Compreendemos que os professores necessitam ter a percepção de que as crianças são seres que formam uma sociedade, deste modo como qualquer cidadão tem direitos à dignidade e ao respeito, o que engloba o direito a aprendizagens e à educação, com os espaços propícios as suas necessidades e profissionais capacitados.

Para investigar como a formação profissional do pedagogo pode contribuir para uma inclusão de qualidade em uma sala de referência, deve entender primeiro como acontece o processo de formação do Pedagogo, em exclusivo do professor de Educação Infantil, sendo assim associar essa formação às práticas educativas da Educação Infantil, no Centro de Referência em Educação Infantil.

Os dados coletados nessa pesquisa mostraram o quão importante é que os profissionais que atuam na Educação Infantil tenham uma formação profissional de qualidade para que possam atuar de forma adequada promovendo uma educação significativa e inclusiva para todas as crianças.

Destacamos ainda que houve algumas discordâncias entre as professoras entrevistadas, principalmente quando se referiram ao material pedagógico disponível na instituição, o que nos leva a considerar como necessária uma continuação deste estudo, para assim podermos observar a rotina da instituição e compreender como realmente a instituição funciona.

Vale ressaltar que para que ocorra uma Educação Inclusiva de qualidade na Educação Infantil, faz-se necessário contar com profissionais muito bem qualificado e com maiores oportunidades de exercer suas práticas pedagógicas juntamente com o estudo tendo como uma possibilidade que essa prática ocorra no campo de estágio com mais horas de atividades práticas.

O que levamos dessa experiência é o fato do professor ser um dos fundamentais mediadores e dirigentes para que essa inclusão tanto discutida em teorias, venha se afirmar através da prática, com isso a necessidade de uma

formação pedagógica, com uma capacidade para esses professores estão qualificados para acolher as desigualdades na sala de aula, procurando estratégias e circunstâncias para que o processo de aprendizagem ocorra e que tenha resultado.

Além disso, o professor precisa estar sempre aprimorando seus conhecimentos, pois além de sermos seres pensantes a aprendizagem nunca está acabada, pois o mundo está em constante mudança e precisamos estar sempre renovando os nossos conhecimentos mesmo que não esteja presente em um ambiente acadêmico. Desta forma, vai se tornando um sujeito pesquisador educacional.

Outra forma de ajudar na formação continuada dos professores que atuam nas creches e escolas, se houvesse um canal de ligação entre elas e as instituições de ensino superior para que sempre fosse realizada alguma palestra, congresso, fórum, etc, eles ficassem sabendo, tendo assim uma oportunidade de aprimorar os seus conhecimentos.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Kátia Adair. **O espaço da creche:** Que lugar é esse. Universidade Federal de Santa Catarina; Centro de Ciências da Educação; Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/84752/198176.pdf;jsessionid=32649ABBB30A125DD5E8D597D56B6B27?sequence=1>. Acesso em: 23 de Agosto. 2018

AMORIM, Ana Luisa Nogueira de; DIAS, Adelaide Alves. Formação do professor de educação infantil: políticas e processos. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, São Paulo; 18(1):37-45, jan./abr., 2013. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reveducacao/article/view/1896/1724>. Acesso em 25 de Agosto. 2018.

BOTH. Ivo Jose. **Avaliação Planejada, aprendizagem consentida:** é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina. – 3 ed. rev. –Curitiba: IBPEX, 2011 (p.192)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 de Agosto. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Seção 1, p.27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 21 de Agosto. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF. V. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF. V. 2.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil Brasília:** MEC/SEF, 1998. V. 1.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil Brasília: MEC/SEF, 1998. V. 2.**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil Brasília: MEC/SEF, 1998. V. 3.**

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Diário Oficial da União, **Resolução CNE/CP Nº 1/2002.** Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf. Acesso em: 20 de Agosto. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional De Educação Conselho Pleno, Diário Oficial da União, **Resolução CNE/CP Nº 1/2006.** Brasília, Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 20 de Agosto. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno, Diário Oficial da União, **Resolução Nº 2/2015.** Brasília. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf. Acesso em: 20 de Agosto. 2018.

CERISARA, Ana Beatriz. **Educar e cuidar:** por onde anda a educação infantil? perspectiva. Florianópolis, v. 17, n. Especial, p. 11 - 21, jul./dez. 1999. Disponível em: http://alex.pro.br/educ_cuidar.pdf. Aceso em: 17 de Agosto. 2018.

COMENIUS, I.A. **Didactica Magna** (1621-1657). Introdução, tradução e notas de Joaquim Ferreira Gomes. Fundação Calouste Gulbenkian , 2001. Disponível em [HTTP://www.ebooksbrasil.org/adobebook/didaticamagna. pdf](HTTP://www.ebooksbrasil.org/adobebook/didaticamagna.pdf). Acesso em: 28 de Agosto 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo.** Brasilia, 3ª edição: Liber Livro Editora, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 19 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar. 14ª ed. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2003.

GATTI, Bernadete A. Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas. Educação & Sociedade, vol. 31, núm. 113, oct/dic., 2010, pp. 1355-1379. **Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas**, Brasil Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87315816016>. Acesso em: 16 de Agosto. 2018.

GOLDENBERG, Miríam. **A arte de pesquisar**. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004. 57 p.

HERMIDA, J. F. (org.) **Educação Infantil: políticas e fundamentos**. 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

JUSTINO, Marinice Natal. **Pesquisa e recursos didáticos na formação e prática docente**. Curitiba: Ibepex, 2011.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.14, mai-ago, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepção estreita da formação profissional de educadores**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 843-876, out. 2006 845 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302006000300011&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 18 set. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças**. In Nova Escola, maio, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015. 96 p.

MARINHO, Eliane A. R. MERKLE, Vânia Lucia B. **"Um olhar sobre o autismo e sua especificação."** IX Congresso Nacional de Educação–EDUCERE. 2009. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/UMOLHAR-SOBRE-O-AUTISMO-E-SUAS-ESPECIFICA%C3%87%C3%95ES.pdf>

MELLO, A. M. Ros de. **Autismo guia prático**. 7. Ed. São Paulo: AMA; Brasília: Corde, 2007. 104 p.

OLIVEIRA, Daiany Delbone de. O processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. **Revista espaço da Sophia**. Wenceslau Braz: Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz, n.23, a.2, fev.2009.

PAULON, S. M; FREITAS, L. B. L; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão** – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**; Tradução Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio de Lima Silva. – 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo**: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: CRDA, 2008.

SILVA, A. B. B. GAIATO, M. B. REVELES, L. T. **Mundo singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012. 190 p

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. In: I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, Maringá, 2007. Arq. Mudi. Periódicos. Disponível em: Acesso em: 28 de Agosto. 2018.

XAVIER, Telmo Pagana. Método de ensino em Educação Física. São Paulo: Manole, 1986. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_fafipa_ped_artigo_maria_lucia_dos_santos.pdf

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO

Prezado(a) Coordenador(a):

Apresentamos a esta Coordenação a estudante _____
_____ devidamente matriculada no curso de Pedagogia
desta Universidade.

A referida estudante é concluinte e está desenvolvendo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “**EDUCAÇÃO INFANTIL: a Inclusão de uma Criança com Deficiência na Sala de Referência**”, que tem como objetivo “analisar a formação do professor se está preparado em trabalhar com crianças com deficiência em uma sala de referência”. Para a realização do referido trabalho, elaboramos um Projeto de Pesquisa (anexo) a ser realizado em um Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) do Município de Bayeux/PB. Assim solicitamos a autorização para a realização da referida pesquisa no CREI _____.

Certa de contarmos com o apoio desta Secretaria de Educação, antecipadamente agradecemos a colaboração no sentido de autorizar a realização da pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de graduação na Universidade Federal da Paraíba e estou realizando uma pesquisa sobre supervisão do (a) professor (a) Isolda Ayres Viana Ramos, cujo objetivo é analisar a formação do professor se está preparado em trabalhar com crianças com deficiência em uma sala de referência.

Sua participação envolve o preenchimento de um questionário composto por 02 (duas) questões abertas e as demais fechadas, totalizando o questionário com 16 (dezesesseis) questões. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida em sigilo absoluto, sendo assim omitidas todas as informações que permitam sua identificação. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão o estudo e para a produção de conhecimento científico.

Atenciosamente

_____, _____

Nome e assinatura do(a) estudante

Local e data

Matrícula:

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROJETO – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

EDUCAÇÃO INFANTIL: a Inclusão de uma Criança com Deficiência na Sala de Referência.

ORIENTADORA: Profª. ISOLDA AYRES VIANA RAMOS

ALUNA: Thuani Xavier da Silva

Caro (a) professor (a) estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO INFANTIL: a Inclusão de uma Criança com Deficiência na Sala de Referência”, que tem como objetivo analisar a formação do professor que trabalha com crianças com deficiência em uma sala de referência, orientada pela professora Isolda Aires Viana Ramos. Para tanto solicitamos às informações que seguem.

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

Identificação:

Sexo: _____

Formação (em qual curso, especialização em que área e entre outros).

Instituição: _____

Ano de formação: _____

Turma em que Leciona: _____

Tempo de Experiência: _____

1 Titulação:

() Graduação

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

2 Tempo de Serviço: _____

3 Tempo que trabalha na escola: _____

4 Ano de escolaridade(turma) em que atuou em2018:

() Maternal

() Jardim I

()Jardim II

5 Quantas crianças há na turma: _____

6 Quantas com deficiências: _____

7 Que tipo de deficiência:

() Física

() Intelectual

() Autismo

() Surdez

() Visual

() Síndrome de Down

() outros: _____

8 Você mudou a forma pedagógica de ministrar as aulas, após passar a trabalhar com sala inclusiva?

() Sim

() Não

9 As crianças sem deficiências aceitaram a criança inclusa com deficiência sem rejeição e preconceito?

() Sim

() Não

10 A escola possui material pedagógico para trabalhar com crianças com deficiência?

() Sim

() Não

11 Se você responder SIM na questão anterior, que material pedagógico a escola possui:

Se responder NÃO, passe para a questão 12.

12 Você sentiu alguma dificuldade de ministrar aula em uma turma com criança com deficiência?

- () Sim – Quais: _____
- () Não

13 Você sentiu alguma dificuldade de comunicação com a criança com deficiência?

- () Sim
- () Não

14 Você utiliza algum recurso didático/pedagógico específico para auxiliar na integração das crianças com e sem deficiência?

- () Sim
- () Não

15 O que você acha que atrapalha o bom desempenho do professor em sala inclusivas.

- () Falta de preparação específica (cursos, palestras e seminários)
- () Falta de recursos pedagógicos.
- () Falta de apoio da gestão da escola.
- () Falta de apoio da supervisão.
- () Outros: _____

16 Caso queira fazer algumas considerações acerca dos pontos positivos ou negativos encontrados para ministrar aulas na sala de referência com a(s) criança(s) com deficiência, use o espaço abaixo.
